



**EIXO TEMÁTICO:**

- |   |  |  |
|---|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade      | <input checked="" type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania          |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade     | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade                 | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade |  |  |

## **Imaginário e representações territoriais: Auguste de Saint-Hilaire, Governo, sociedade e as formas de compreensão do urbano no leste paulista, séculos XVII e XIX**

*Imaginary and territorial representations: Auguste de Saint-Hilaire, government, society and ways of understanding the urban in eastern São Paulo, seventeenth and nineteenth centuries*

*Imaginario y representaciones territoriales: Auguste de Saint-Hilaire, Gobierno, sociedad y las formas de comprensión del urbano en el este paulista, siglos XVII y XIX*

POLITO, Jéssica de Almeida (1);

COSTA, Luiz Augusto Maia (2)

(1) Doutoranda em Urbanismo, POSURB, PUC-CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, email: jessicapolito@gmail.com

(2) Professor Doutor, POSURB, PUC-CAMPINAS, Campinas, SP, Brasil, email: luiz.augusto@puc-campinas.edu.br

## **Imaginário e representações territoriais: Auguste de Saint-Hilaire, Governo, sociedade e as formas de compreensão do urbano no leste paulista, séculos XVII e XIX**

*Imaginary and territorial representations: Auguste de Saint-Hilaire, government, society and ways of understanding the urban in eastern São Paulo, seventeenth and nineteenth centuries*

*Imaginario y representaciones territoriales: Auguste de Saint-Hilaire, Gobierno, sociedad y las formas de comprensión del urbano en el este paulista, siglos XVII y XIX*

### **RESUMO**

Este ensaio faz uma reflexão sobre o processo histórico da produção social do território paulista e as formas de compreensão do urbano que coexistiram até a primeira metade do século XIX. Analisamos a região aqui denominada por “Leste paulista”, cuja história de posse e ocupação territorial remonta os anos de 1650, a partir da origem de dois de seus mais antigos núcleos: Mogi Guaçu e Mogi Mirim. Nesse contexto, destacamos algumas formas de compreensão territorial e urbana partindo de três diferentes personagens: o viajante estrangeiro Auguste de Saint Hilaire, o governo e a sociedade local – a fim de demonstrar que na história do processo de urbanização brasileira, as informações podem ser relativizadas, de acordo com o contexto em análise e a perspectiva adotada.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidades coloniais paulistas, relatos de viajante europeu, reconstituição histórica da rede urbana, territórios desconhecidos

### **ABSTRACT**

*This paper makes a reflection about the historical process of the social production of São Paulo Territory's and the territorial ways of understanding that coexisted during the first half of the 19th century. We have analyzed the region known here as “eastern São Paulo State”, whose possession and occupation history dates to the 1650's, starting from the origins of two of its oldest nucleus: Mogi Guaçu and Mogi Mirim. In this context, we highlight some of the urban and territorial comprehension ways, starting from three different characters: the foreign traveler Auguste de Saint Hilaire, the government and the local society, meaning to demonstrate that in the history of Brazilian urbanization process, information can at times be made relative according to the context in analysis and adopted perspective.*

**KEY-WORDS:** São Paulo's colonial cities, European traveler account, historical urban network reconstruction, unknown territories

### **RESUMEN**

*Este ensayo hace una reflexión sobre el proceso histórico de la producción social del territorio paulista y las formas de comprensión territorial que han coexistido hasta la primera mitad del siglo XIX. Analizamos la región, aquí denominada como “Este Paulista”, cuya historia de posesión y ocupación territorial se remonta al año de 1650, con el origen de dos de sus más antiguos núcleos: Mogi Guaçu y Mogi Mirim. En este contexto, se destacan algunas formas de comprensión territorial y urbana de tres personajes diferentes: el viajero extranjero Auguste de Saint Hilaire, el gobierno y la sociedad local, - demostrando que en la historia del proceso de urbanización brasileña, la información puede ser relativizada de acuerdo con el contexto analizado y la perspectiva adoptada.*

**PALABRAS-CLAVES:** ciudades coloniales paulistas, relatos del viajero europeo, reconstrucción histórica de la red urbana, territorios desconocidos

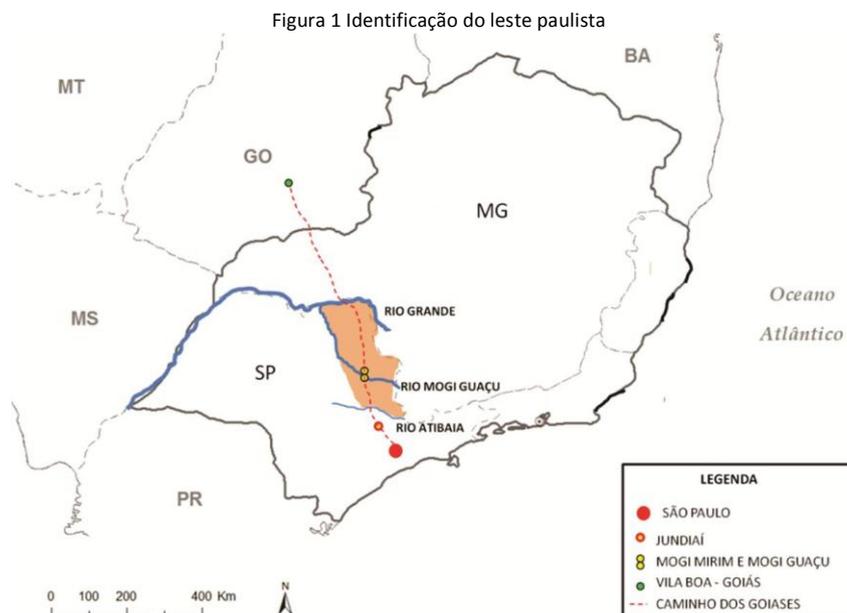
## 1 INTRODUÇÃO

O processo de construção do imaginário sobre o meio urbano brasileiro foi marcado pela espacialização da própria cultura sobre o território na forma do traçado urbano. A cultura, os costumes e a noção de civilidade foram se expandindo através de um jogo de avanços e recuos sobre o espaço geográfico, proporcionando subsídios para que as questões do convívio em sociedade atuassem ora como uma fronteira estabelecendo limites para cada um dos grupos; ora como elo entre os habitantes da região – unidade social, cultural e, portanto, territorial.

Segundo Michel Foucault (2008), um valor assim - típico e predominante entre grupos - torna-se suficiente para delimitar um território e para dar a uma dada região uma identidade própria e sentido de pertencimento para quem nela habita. Quando analisamos as reflexões sobre as questões da urbanidade e da civilidade brasileira do século XIX, sobretudo o que diz respeito a então Capitania de São Paulo, deparamo-nos com as produções dos viajantes estrangeiros que por aí passaram. Os viajantes produziram imaterialmente um território através de textos e de aquarelas, durante suas viagens. Isto é, interpretaram uma dada realidade e elaboraram desenhos ou anotações segundo o referencial cultural ao qual pertenciam.

Esta análise discute algumas questões levantadas por Auguste de Saint-Hilare, cientista naturalista francês que percorreu São Paulo em 1819. Buscamos demonstrar que o entendimento sobre a urbanidade e o território pode sofrer diferentes interpretações, variando de acordo com os grupos sociais que estudavam e analisavam o mesmo. O presente artigo abre espaço para o debate das distintas abordagens sobre os processos de compreensão do espaço urbano, em uma perspectiva histórica.

Delimitamos como área de estudo a região aqui denominada por “leste paulista”, tendo como estudo de caso os núcleos de Mogi Guaçu e Mogi Mirim (**Figura 1**).



Fonte: Elaborado pela autora

Elas estão entre as cidades mais antigas de São Paulo, conforme os dados disponibilizados pelo IGC<sup>1</sup> e suas origens estão vinculadas a um mesmo núcleo então denominado “Mogi dos Campos”. As primeiras notícias de posse e ocupação dessas terras datam de 1650: um grupo de homens, partido da Vila de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy à procura de ouro, alcançaram as margens do rio Mogi Guaçu. Em 1733, foi erigida a primeira capela no arraial, tendo este sido elevado a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos no ano de 1740, quando também se tornou o primeiro distrito da Vila de Jundiá.

No território desta Freguesia havia outro núcleo localizado na margem oposta do Rio Mogi Guaçu, contemporâneo a este e que, com a elevação do primeiro à categoria de Freguesia, passou a constituir-se um novo arraial, igualmente elevado à condição de freguesia no ano de 1751. Este segundo arraial deu origem à Freguesia de São José de Mogi Mirim, desmembrada de Mogi dos Campos. Nesse mesmo momento, a então Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi dos Campos teve seu nome alterado para Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu, emprestando do rio o seu nome. No ano de 1769 a Freguesia de São José de Mogi Mirim foi elevada à condição de Vila, em detrimento de Mogi Guaçu. O território subordinado jurídico e administrativamente a Mogi Mirim foi delimitado utilizando o rio Atibaia e o rio Grande como balizadores.

Ao levantarmos e coletarmos informações sobre esta região, deparamos com o relato de Saint-Hilaire que também percorreu a região das “Mogis” e descreveu uma situação de heterogeneidade existente entre os aglomerados populacionais de São Paulo. As descrições referentes às “Mogis” apresentavam, em maioria, aspectos negativos e/ou pejorativos delas e de seus respectivos territórios. Em 1819, ele salientou que o leste paulista era uma terra habitada por “homens grosseiros, ignorantes e estúpidos”. E assim descreveu seus habitantes:

Essa gente, embrutecida pela ignorância, pela ociosidade, pelo isolamento em que se acha de seus semelhantes e provavelmente pelo gozo de prazeres prematuros, não pensa em nada, apenas vegeta como as árvores ou o capim dos campos. (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 85)

E também ressaltou as “condições precárias” em que esses habitantes estavam submetidos:

Não recebem nenhum ensinamento religioso; os maus exemplos dos malfeitores de Minas, que fogem para o seu meio, estimulam-nos ainda mais para o mal, e nessas regiões remotas as leis são praticamente inexistentes (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 92)

Tal relato torna-se fonte primária de pesquisa quando compreendemos que o viajante lançou um olhar próprio sobre esse território, preso às suas raízes culturais. Portanto, suas observações constituem-se em uma das formas interpretativas coexistentes sobre essa realidade.

## **2 SOBRE OS VESTIGIOS DE URBANIDADE NO SERTÃO: 1733 -1769**

Através do personagem bandeirante-viajante, os pousos foram se conectando gradativamente aos costumes regionais contribuindo para a sustentação de uma cultura propriamente brasileira, paulista e que tinha no nomadismo a sua principal ferramenta de consolidação. Dessa forma, ao nosso entender, os pousos também podem ser vistos como pontos de convívio – nós - que fomentaram, em longo prazo, a criação de uma intrincada rede urbana por todo o território em tela e que se segmentava por áreas, de acordo com a realidade produtiva

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, ver o “Quadro de desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas”.

de cada uma. Ou seja, os pousos também eram lugares onde havia e se manifestava uma noção de civilidade própria ao contexto local.

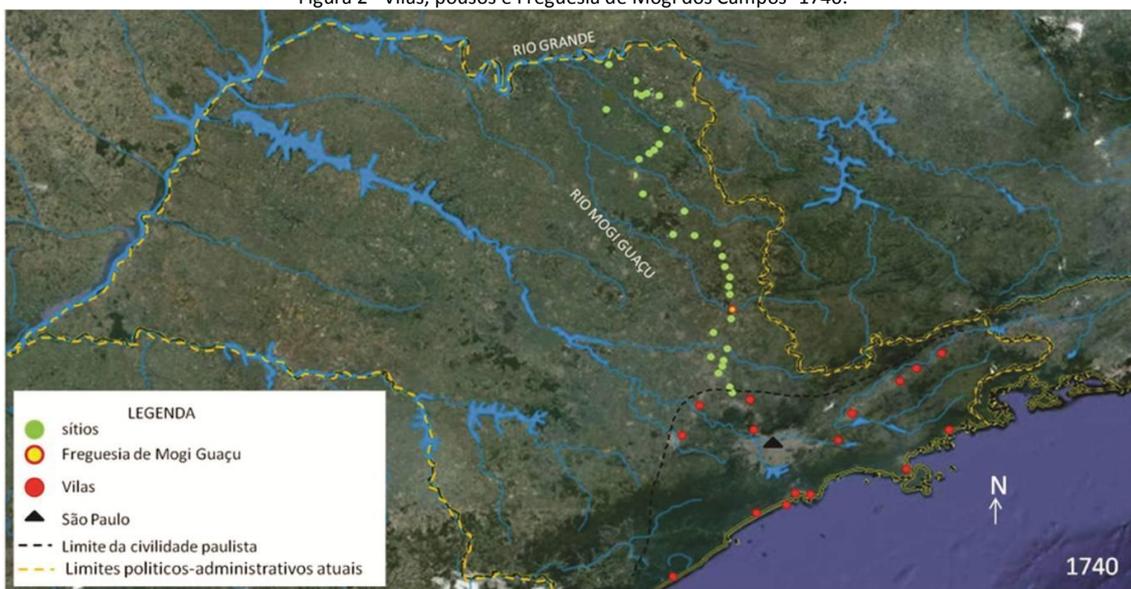
Conforme avançavam sobre o sertão, estabeleciam núcleos que posteriormente viravam capelas e assim passavam a ser subordinados eclesiasticamente à freguesia. Isto é, o núcleo - ou arraial ou povoado - era, primeiramente, elevado à categoria eclesiástica de capela (curada ou colada); depois à freguesia ou paróquia; vila, e por último ao status de cidade. Mas isso não significa uma regra geral. Existiram núcleos urbanos, a exemplo de São Vicente e São Paulo, que já “nasceram” no status de vila (PICCINATTO JUNIOR, 2012). Assim, Igreja e Estado passavam a comandar os rumos do lugar.

É importante ressaltar que o núcleo só obteria reconhecimento oficial, isto é, prestaria serviços como batismos, registros de casamento ou morte – os providenciados pela Igreja – se, em seu território, fosse erigida uma edificação destinada ao culto católico. Em situações diferentes desta, a população necessitava recorrer à freguesia ou vila mais próxima para obter tais serviços, configurando uma situação de constante deslocamento – dos fiéis ou do pároco – sobre esse território.

Em 1733, o então arraial de Mogi dos Campos foi elevado à condição de Freguesia. Segundo Artigiani (1994), um ano depois, ergueu-se um templo religioso em louvor ao santo de devoção, Nossa Senhora da Conceição.

Como pode ser observado na **figura 02**, Mogi dos Campos estava além do perímetro composto pelo conjunto de Vilas existentes na Capitania. Representando, deste modo, uma centralidade em meio ao sertão - um ponto de encontro entre dois contextos sociais distintos. Um deles era a realidade vivida naquelas Vilas, dotadas de elementos estruturadores do cotidiano civilizado – especialmente as igrejas; outro era o sertanejo, aonde os hábitos sociais desenvolveram-se à mercê nas necessidades locais, em um *modus operandi* próprio.

Figura 2 - Vilas, pousos e Freguesia de Mogi dos Campos -1740.



Fonte: Foram utilizadas as informações fornecidas por Bueno (2009), associadas às informações fornecidas no “Mapa da Capitania de São Paulo e seus sertões”.

Nesse sentido, a ausência de uma paróquia mais adiante no Caminho fazia com que todos os moradores da região fossem subordinados aos eclesiásticos mogianos<sup>2</sup>, responsáveis por paroquianos vivendo a centenas de quilômetros de distância da Igreja.

A solução encontrada foi a realização periódica das chamadas “desobrigas do caminho”, que consistiam no deslocamento do vigário de pouso em pouso, “desobrigando” cada fiel em suas necessidades religiosas. (SILVA: 2009, p. 112)

A autora ainda nos fornece uma informação interessante sobre tais “desobrigas”. Nelas, o padre também realizava casamentos, batismos e sepultamentos nas capelinhas existentes nos próprios pousos. Havia uma organização para esse verdadeiro evento que era a “desobriga”. Ela acontecia no sentido de Norte a Sul, indicando que o padre mogiano percorria o “Caminho dos Goiazes”, provavelmente alertando à população sobre sua passagem de volta. Assim, enquanto ele retornava, os habitantes – fregueses – tinham tempo para se organizarem e se aglomerarem nos pousos onde receberiam os serviços religiosos.

Então, apesar das condições precárias com as quais se dava o contato com a Igreja, a afirmação de Saint-Hilaire sobre essa gente não receber nenhum ensinamento religioso pode ser relativizada. Havia sim uma grande preocupação com esses moradores, capaz de fazer com que o pároco percorresse todo o extenso território. Ressaltamos, também, que o relato de Auguste de Saint-Hilaire foi elaborado em 1819 e as “desobrigas” datam desde 1733, em Mogi dos Campos; portanto uma preocupação com o ensino religioso que se iniciou quase um século antes da vinda do viajante.

Quando em 1769, Mogi Mirim foi elevada à condição de Vila, estabeleceu-se na região um ambiente de muitas disputas e intrigas. Segundo a “Relação de Párocos de Mogi Mirim”, publicado em “São José de Mogi Mirim: 1771-19/Nov/2001”, até o ano de 1774, Mogi Mirim esteve sob os cuidados da Paróquia de Mogi Guaçu. Isto é, uma Vila subordinada eclesiasticamente a uma freguesia.

O sexto vigário de Mogi Mirim foi Padre Frei José de Jesus Maria do Desterro, cujo paróquiato iniciou-se em 15 de setembro de 1776, dando início as desavenças entre ele e os moradores da Vila por causa do “emolumento do sacristão” - o rendimento do cargo além do ordenado fixo estabelecido em tabela. O Padre levou o desentendimento aos ouvidos do então Bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, cuja sentença foi contra o povo. Mediante tal fato, os moradores se colocaram em contraposição à Igreja, interrompendo as contribuições com a Paróquia de São José de Mogi Mirim e requerendo ao Exmo. Prelado para ficarem servindo-se da Paróquia de Mogi Guaçu, como ocorrido em 1759<sup>3</sup>.

D. Frei Manoel da Ressurreição, vendo a brejeirice d’alguns cabeças de motim, não esteve pelo autos, e cortou o mal pela raiz – não só indeferindo o requerimento d’agora, como cassando a licença privilegiada aos que em 1759 a haviam conseguido do seu antecessor, que tão luminosamente dirigiu a Diocese paulista (MONSENHOR NORA, “A Comarca”, 31/03/1910).

Por consequência, os moradores que habitavam a Ribanceira do Mogi - que mesmo em território de Mogi Mirim serviam-se de Mogi Guaçu - voltaram a compor o quadro de membros da Paróquia de Mogi Mirim. Cessaram-se então as disputas territoriais entre

---

<sup>2</sup> Tinha-se mogiano como gentílico dos que eram nascidos ou habitavam Mogi dos Campo. Atualmente aqueles nascidos em Mogi Guaçu denominam-se guaquanos; aos de Mogi Mirim, mogimirianos.

<sup>3</sup> Ver “Subsídios para a história paroquial de Mogi Mirim”, publicado por Monsenhor Moyses Nora, em 31/03/1910, “A Comarca”



moradores de Mogi Guaçu e de Mogi Mirim. Este padre não chegou a comandar a paróquia por um ano em Mogi Mirim, deixando a Vila em 07 de setembro de 1777.

No dia imediato, vê-se pelo Livro do Tombo, reaparecer-nos denovo o Padre topa-a-tudo, Reverendíssimo Antonio Prado de Siqueira<sup>4</sup>, que desta vez aqui assentou arraiaes, vindo mesmo de pedra e cal, resolvido a ficar. (MONSENHOR NORA, "A Comarca", 31/03/1910).

Padre Siqueira era conhecido nas Mogis. Pároco de Mogi Guaçu, atuante em Mogi Mirim nas horas emergenciais, eventualmente prestava serviços religiosos aos dois núcleos. Mediante as intrigas e constantes alterações dos párocos, voltou a exercer a função de pároco de Mogi Mirim, simultaneamente à sua condição de pároco de Mogi Guaçu.

É curioso observar que toda a extensão territorial compreendida entre o rio Atibaia e rio Grande permaneceram, do ponto de vista político e administrativo, subordinado à Vila de Mogi Mirim, por dezenove anos - elevada a tal situação como resultante dos planos do governo de Mogado de Mateus e responsável por centralizar a população dispersa nessa grande faixa de terras e fronteiras. Porém, no âmbito religioso, tal extensão territorial recebia os serviços e cuidados vindos da Paróquia de Mogi Guaçu.

Percebemos então, que outra lógica de estruturação e ordenação do espaço coexistiu àquela analisada por Murilo Marx (1989). Enquanto Marx apontou em sua obra que, Estado e Igreja estavam associados no processo de ordenação e estruturação do território, percebemos que no leste paulista, entre 1777 e 1796 essa lógica não se fez presente. Coexistiram duas, ou mais formas de se ter controle sobre essas as terras. Aqui identificamos dois processos: um onde Estado e Igreja corriam de modo associado pelo domínio e hierarquia do território. E outra, no final do século XVIII, onde Estado e Igreja corriam paralelamente por tal domínio. Sendo eles ora diferentes, ora complementares; contribuindo para a coexistência de uma lógica estruturadora ora fundamentada nos preceitos eclesíásticos, ora diretamente ligada aos interesses do Governo (POLITO,2013).

Padre Antônio Prado de Siqueira tornou-se pároco efetivo de ambos os núcleos, sendo durante o tempo de seu paróquio que Mogi Mirim mais se desenvolveu em termos de população. Conforme salientou Moysés Nora em artigo publicado em 31 de março de 1910: enquanto que em 1751 foram registrados 32 batizados, em 1796 foram 206. Foi nesse período também que se afirmou o contínuo processo de inclusão desses habitantes das Mogis no contexto social de toda a Capitania de São Paulo e do Brasil. Podemos observar a partir dos registros deixados por tal padre no Livro do Tombo de Mogi Mirim, que gradativamente, mais este território - antes sertão - inseria-se no contexto daquele outro, o civilizado.

### **3 SÉCULO XIX: UMA NOVA COMPREENSÃO DO URBANO**

Na passagem do século XVII para o XVIII, a cultura da cana de açúcar representava uma grande fonte de renda no mercado internacional, chegando o preço do quilo de açúcar a atingir altos valores (PETRONE, 1968). A insuficiência da produção do açúcar no cenário mundial fez essa cultura ganhar força no Brasil, e no território paulista.

Paralelamente, havia em São Paulo o governo de Morgado de Mateus interessado em expandir a economia, aglutinar pessoas e garantir maior fiscalização do território. A mineração estava em decadência e aqueles mineradores e ex-bandeirantes começavam a regressar das minas

<sup>4</sup> Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mogi Guaçu.

rumo ao litoral paulista, em busca de outras oportunidades. Fixar essa população em determinadas áreas estratégicas era o que o plano do governo paulista propunha. A lavoura canavieira foi uma importante aliada às intenções centralizadoras do governo, servindo de justificativa para a aglomeração dos moradores dispersos em regiões de interesse.

Quando o Governo elevou Mogi Mirim à condição de Vila em 1769 fomentou, com essa atitude, um ambiente econômico, social e político capaz de atrair novos moradores; enquanto isso, Mogi Guaçu permaneceu como Freguesia até os finais do século XIX, perdendo parte de seu destaque no cenário social do período. Os benefícios trazidos pela elevação, somados à lavoura canavieira que apresentava altos índices de lucratividade impulsionou a dinâmica social e o comércio em Mogi Mirim, contribuindo para a formação de uma elite local canavieira. Segundo o relato de Auguste de Saint-Hilaire, em 1819, era contabilizado uma quantia superior a trinta engenhos em Mogi Mirim.

A lavoura canavieira espalhou-se por São Paulo, sendo a região de maior produção aquela compreendida, entre as Vilas de Sorocaba, Jundiá, e as Freguesias de Piracicaba e Mogi Guaçu. Esta região, Petrone (1968) denominou “quadrilátero do açúcar”, a maior produtora e mais rentável região ligada a esta lavoura. Tal cultura modificou as características da sociedade paulista e mogimiriana. A cana de açúcar modificou o olhar pejorativo que a população tinha sobre a agricultura, passando a ser algo positivo, determinante para a reestruturação social e construção de uma identidade própria para este território:

Com o desenvolvimento da lavoura canavieira, há em São Paulo uma completa mudança de valores econômicos e sociais. A agricultura, que antes do ciclo do açúcar, não raro, era considerada degradante deixa de sê-lo (...) O ser Senhor de Engenho, como mais tarde, o ser Senhor de Café, eleva a pessoa à mais alta classe, à classe dominante, da qual dependem todas as outras, e de cuja influencia escapam apenas alguns elementos, tais como os fazendeiros de gado. (PETRONE:1968, p.200)

Configurou-se uma elite local proveniente desta lavoura assim como a consolidação de alguns caminhos e do próprio território. O Caminho dos Goiazes, que outrora abrigara os bandeirantes em busca do ouro rumo à Goiás e Mato Grosso, agora cedia seu trajeto ao escoamento do açúcar, no sentido inverso rumo a São Paulo e daí até Santos, entre os anos de 1765 e 1850 (PETRONE, 1968).

Segundo Laurentino Gomes (2007), a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, provocou uma grande transformação nessa cidade e em todo o Brasil. Organizou-se a estrutura administrativa do governo: ministros de Estado, secretarias públicas, tribunais de justiça e o Banco do Brasil. Criaram-se a Academia de Marinha (1808), a Aula de Comércio e Academia Militar (1810), entre outros.

Todas essas mudanças pelas quais passou o Rio de Janeiro também se refletiu em outras regiões do Brasil, inclusive no leste paulista. Em meio ao ambiente de formação de centros educacionais, academias e escolas a partir de 1811, também tiveram início as formações de algumas instituições públicas que representaram significativos avanços para os moradores de todo o território da Vila de Mogi Mirim. Em 22 de março de 1811, um despacho favorável ao senhor Francisco de Paula Andrade, permitiu a ele criar e reger a “primeira escola pública de ensinar meninos na Vila” (PRADO, 1951, p. 36).

A vinda de instituições públicas às áreas interioranas, como era o caso de Mogi Mirim, representava o progresso pelo qual o Brasil e a Província de São Paulo passavam. Observamos então que as formas de comunicação se ampliavam, porém continuavam dependentes daquela rede de caminhos desenvolvida desde tempos mais remotos da colonização. O

Caminho dos Goiazes ganhou um novo sentido. Foi palco de vários cenários: a mineração, que deu a sua origem; as questões eclesiásticas, que contribuíram para a estruturação e organização de tão vasto território; e a lavoura de açúcar, que definitivamente modificou o comportamento social nesta região.

Observamos, assim, que o significado deste território - o leste paulista - se tornou gradativamente mais amplo e complexo. E já na primeira década de do século XIX apresentava uma realidade dinâmica, com questões sociais e problemáticas econômicas, administrativas, políticas e tecnológicas bem definidas, as quais se refletiam no cotidiano de seus habitantes.

A figura a seguir nos permite compreender que a realidade de tal “sertão”, no século XIX, possuía características identitárias próprias de tal modo que, para além das interpretações estrangeiras, eram possíveis duas outras leituras - interpretações - sobre o mesmo território: a do governo e a da elite desta sociedade local.

Figura 3 Mapa da Capitania de São Paulo e adjacências. Anastácio de Sant’Anna. Modificado pela autora



Fonte: Arquivo original Guia dos Caminhantes [Capitania de São Paulo], 1816. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Como podemos observar (**figura 3**), aos olhos do governo e da milícia o território da Capitania de São Paulo se estendia até as divisas naturais com a Capitania de Goiás, estabelecidas através do rio Grande. Porém, no imaginário popular, os limites da Capitania, no início do século XIX, findavam na área das Mogis, tendo o rio Mogi Guaçu como um delimitador entre os territórios paulistas goianos.

Se a cartografia oficial expressava os interesses e preocupação com a manutenção territorial da Capitania de São Paulo; em contraponto, o atlas Guia dos Caminhantes, indicava uma diferença significativa no modo de apreender e descrever o espaço vivido pela sociedade local (KANTOR, 2009, p. 55).

Essa documentação nos oferece uma perspectiva diferenciada da visão dos engenheiros militares. Segundo Iris Kantor (2009), Anastácio de Sant'Anna justificou a necessidade de fazer um novo atlas para suprimir os "erros" difundidos pelos mapas impressos e roteiros preparados pelos "homens de ciência" e militares. O seu Guia de Caminhantes era elaborado segundo a visão que os comerciantes, os fazendeiros e os feitores tinham do território paulista.

Aproveitamos essa base cartográfica original para nela demarcarmos o itinerário de Auguste de Saint-Hilaire, em 1819, e retornarmos ao seu discurso sobre o "sertão". Sendo ele também um "homem da ciência", o mesmo descreveu limites da Capitania de São Paulo de modo semelhantemente aos engenheiros militares – com rigor metodológico. Por isso, ao sobrepor seu itinerário ao mapa, podemos comparar os dois pontos de vista existentes: o científico e o "popular". Se na visão dos habitantes da Capitania, Mogi Guaçu era o "limite", isso significaria que no imaginário popular a porção de terra existente para além Mogi ainda era entendida como sertão - desconhecida e pouco aproveitável para a elite, o comércio e os fazendeiros que até então se beneficiavam da cana de açúcar. Nesse sentido, Mogi Guaçu e Mogi Mirim tornaram-se uma zona de contato, tal qual descreveu Peter Burke (2007), responsável pela transição entre dois territórios distintos; entre a "civildade", onde se tinha uma economia dinâmica e estruturada em função da lavoura canavieira e o sertão - uma área, a princípio, de pouco interesse para a elite paulista, demasiadamente longe e inviável para a lavoura de cana de açúcar por causa dos altos valores a serem pagos durante o transporte até o porto de Santos. Portanto, podemos compreender que no imaginário popular representado por Anastácio de Sant'Anna, as Mogis significavam uma "fronteira imaginária" (POLITO,2013).

#### **4 CONCLUSÃO**

Talvez tenha sido esta a diferença "alarmante" identificada por Saint-Hilaire durante sua viagem. As diferenças de fato existiram: mesmo toda essa área sendo o leste paulista, o tempo de resposta dessas várias porções regionais era inconstante e se dava em função da comunicação existente entre as partes envolvidas. Levando em consideração que todo esse vasto território estava político e administrativamente subordinado à Vila de Mogi Mirim, constituindo o seu território, não podemos excluir ou anular o fato que, apesar das distancias, existia uma noção de urbano própria, uma civildade coerente ao contexto local, não podendo este território ser categoricamente descrito como uma "terra de brutos e ignorantes", como fez Auguste de Saint-Hilaire em 1819.

Frente aos dados levantados, relativizamos as informações contidas no relato desse viajante, pois ocorreram nas Mogis os reflexos de vários momentos emblemáticos para o Brasil e São Paulo; fatos que provavelmente não ocorreriam se os habitantes desse dito sertão – leste paulista – fossem realmente completos ignorantes, ociosos, isolados e vegetativos.

Entre as mais variadas formas de compreensão e leitura territorial passíveis de coexistir, buscamos apresentar três das quais consideramos ser fundamentais em uma análise sobre os processos históricos da produção do espaço construído: o do viajante estrangeiro, a da relação governo - igreja, e da sociedade local. Estes três "olhares" compreenderam a dimensão territorial de modo singular, em função de seus interesses particulares. O viajante não reconhecia aqui os valores de sua cultura europeia e por isso, minimizava ou não conseguia identificar elementos de urbanidade nestas terras distantes.



O estado e a Igreja, ora complementares ora desassociados, tinham interesses próprios sobre o território, mas em comum possuíam o interesse pela manutenção territorial - fato que favorecia ambos, seja político ou religiosamente (bispados). Já a sociedade, que possuía uma leitura mais aproximada daquela realidade, compreendia o mesmo território de outro modo, e que estava atrelado às questões cotidianas e ao comércio.

Fica claro para nós que, no século XIX, o reconhecimento do território não estava mais relacionado aos lucros que a exploração natural renderia ao governo; buscava-se construir uma economia própria que, ao contrário do período colonial onde a agricultura era vista como algo vergonhoso pela sociedade, via-se nela a grande força econômica capaz de mudar o cenário do leste paulista por meio da lavoura (SILVA, 2009). Esta mudança na percepção da sociedade impulsionou e o processo de urbanização de todo o leste paulista.

Percebemos, então, um panorama de maior complexidade social e urbana quando comparado ao século anterior. Entretanto, é inegável a existência de uma preocupação com todo esse território, bem como as questões da dinâmica social e deslocamentos existentes; ensino religioso e trocas culturais, presentes desde o século XVIII com a elevação de Mogi dos Campos à condição de Freguesia. Com o referido fortalecimento econômico, social, político, administrativo e melhores condições de comunicação regional, o tecido social do sertão – leste paulista - sofreu significativas mudanças, contrariando o censo comum de que ele era algo fixo, isolado e dificilmente alterado.

## REFERÊNCIAS

- ARTIGIANI, R. *Mogi Guaçu: três séculos de história*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Pannartz, 1994.
- BUENO, B.P.S. *Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez, 2009.
- BURKE, P. *Fronteiras culturais: barreiras e contatos*. Folha de São Paulo, 2007.
- CARVALHO E SILVA, L. M.. *Mogi Mirim (subsídios para sua história)*. Editora Casa Cardona, 1960
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população*. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 2008.
- KANTOR, I. *Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez. 2009.
- MARX, M. *Nosso chão do sagrado ao profano*. São Paulo: Editora Edusp, 1989
- PETRONE, M. T.S. *Lavoura canavieira em São Paulo*. Editora Difusão Européia do Livro, 1968
- PICCINATO JUNIOR, D. *Terra urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930)*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2012.
- POLITO, J.A. *Territórios de civilidade: o papel das “Mogis” na formação e reestruturação do leste paulista, séculos XVII-XIX*. Dissertação (mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2013.
- PRADO, W.. *História de uma cidade bandeirante*. Mogi Mirim: Casa Cardona, 1951
- REIS FILHO, N.G. *Evolução urbana do Brasil 1500-1720*. Ed. Pini, 2001.
- SAINT-HILAIRE, A. *Segunda viagem à São Paulo: o quadro histórico da província de São Paulo*. Ed. Itatiaia, 1976.
- SILVA, M. B.N; BACELLAR.C. A. P. *História de São Paulo Colonial*, São Paulo, Ed. UNESP, 2009.
- São José de Mogi Mirim – 1751 a 1ª de novembro de 2001, publicação comemorativa.
- 260 anos da Paróquia São José de Mogi Mirim – 1751-2011, publicação comemorativa.